

# Entre o clássico e o popular: as canções do violino de Wendy Anushika

Os talentos artísticos do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) estão em todas as áreas e em todos os níveis hierárquicos. Wendy Anushika Alves Cavalcanti é a prova disso. Estagiária da 4ª Vara do Trabalho do Recife, a jovem, além de se dedicar aos cursos de Direito e Biomedicina, estuda violino desde a infância.

Introduzida no universo das artes aos sete anos, quando, por influência e incentivo da mãe, começou a estudar música no Centro de Educação Musical de Olinda (CEMO), Wendy destaca que foi seu o desejo de prosseguir com as aulas: “Minha mãe me apresentou ao mundo da música com o intuito de que eu me tornasse mais desinibida e segura. Ela me matriculou, mas eu que insisti em prosseguir até os dias atuais”.

Aos oito anos, também com a ajuda da mãe, descobriu seu interesse pelo violino: “Escolhi o instrumento através do som, minha mãe colocava discos de orquestras para tocar e, quando o som do violino surgia, eu dizia 'é esse mãinha, é esse instrumento que eu quero tocar'”. Dois anos mais tarde, aos dez, Wendy ingressou no Conservatório Pernambucano de Música

(CPM), onde está prestes a se formar no Curso Técnico em Violino.

Concluídas todas as cadeiras teóricas exigidas, a jovem musicista se prepara, agora, para apresentar o seu recital de formatura, que incluirá peças como Czardas, do famoso compositor italiano Vittorio Monti, e Liebesleid, do compositor e violinista austríaco Fritz Kreisler.

Como estudante do Conservatório, Wendy realizou diversas apresentações: “Todo fim do semestre nos apresentamos no auditório do CPM: é a nossa prova”. Além disso, foi integrante da Orquestra Sinfônica Jovem do Conservatório durante cinco anos e, nesse período, participou de turnês pelo Nordeste e interior de Pernambuco. Com a Orquestra, a jovem instrumentista participou da gravação do DVD do Quinteto Violado “Cantando Vandrê” e fez shows com importantes nomes da música pernambucana, como Antônio Carlos Nóbrega, Dominginhos e Arlindo dos Oito Baixos.

O gosto pela diversidade musical e a tendência de misturar estilos a acompanham até hoje. Wendy tem entre seus composi-



Arquivo pessoal



tores favoritos clássicos nomes como Mozart e Beethoven. Atualmente está “apaixonada e ouvindo bastante o Concerto para Violino de Tchaikovsky e a Serenata para Cordas de Antonín Dvořák”. Comprovando sua inclinação

para a convergência musical, ela revela que costuma tocar músicas populares como forró e MPB em eventos voltados ao público jovem. Festas e aniversários de família também são palcos para a violinista.

Wendy também analisa a visão das pessoas sobre o violino: “Acho legal, diferente, difícil. Dizem que gostariam de tocar ou cantar, mas não se sentem aptas

ou talentosas. Eu as incentivo, pois a música traz um bem enorme à alma. O segredo é estudar e ter vontade de tocar, talento ajuda, mas não é tudo”, avalia. Questionada sobre o que sente quando está tocando, Wendy explica: “Sinto-me feliz, triste, emocionada, entusiasmada, depende da música. Sinto, na verdade, o que a música me transmite”.

# INFORMATIVO TRT6

Jornal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife PE

outubro / 2013 ano XX nº 202 www.trt6.jus.br

## PJe Instalado em Todas as Varas do Recife



O desembargador presidente, Ivanildo da Cunha Andrade, na solenidade que marcou a chegada do PJe-JT ao Recife

As reclamações trabalhistas ajuizadas no Recife a partir de agora tramitam exclusivamente por meio eletrônico. É que no dia 30 de outubro foi concluída a instalação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Fórum José Barbosa de Araújo, onde funcionam as unidades judiciárias da capital. As 11 primeiras varas (da 1ª à 11ª) já haviam recebido o novo modelo processual no dia sete de outubro.

O Regional já adotou o PJe em 56 varas, o que corresponde a 80% de suas unidades, assim atingindo o dobro da meta estabelecida pelo CNJ, que fixou em 40% o índice a ser alcançado por cada TRT até o final de 2013.

O planejamento e o modelo de capacitação de magistrados e servidores desenvolvidos pela Escola Judicial do TRT6 asseguram as implantações do Processo Judicial Eletrônico de forma eficaz e tranquila, o que mereceu elogios do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Ives Gandra.

Mobiliário ergonômico está sendo instalado

Página 02

Historiadora desenvolve pesquisa usando acervo de processos do TRT-PE

Página 03

Perícia médica discutida no 10º Módulo de Magistrados

Página 06

Stela Maris



Iana Gomes Vieira

Chefe da Seção de Fisioterapia do TRT-PE

## De olho na ergonomia para um maior bem-estar

até julho do próximo ano todas as Varas do Trabalho (VT) e Termos Judiciários do Regional já tenham o novo mobiliário, à exceção das VTs do Recife, cuja substituição será paralela à mudança para o novo Fórum.

Os novos postos possuem mesas em “L”, com bordas arredondadas e uma estrutura central em “U”, que permite ao usuário um perfeito posicionamento.

De acordo com a chefe da Seção de Fisioterapia do TRT-PE, Iana Gomes Vieira, esse formato é, em muito, superior às tradicionais mesas retas, pois “o indivíduo trabalha dentro das áreas de alcance e conforto, tanto para os membros superiores e inferiores, como para a visão”.

Por outro lado, Iana explica que, apesar de o novo mobiliário contribuir para uma maior comodidade na atividade labo-

ral, a ergonomia é formada por vários outros fatores que exigem um envolvimento de todo Tribunal. Por exemplo, o grau

O objetivo é proporcionar maior conforto aos usuários e prevenir acidentes ou doenças relacionadas ao exercício do trabalho

de iluminação, ruído e temperatura precisa estar adequado para não causar incômodos. Também exercem influência o ritmo do trabalho, os aspectos relacionados a treinamento e supervisão, a carga mental e física às quais o funcionário está exposto, entre outros.

É relevante, também, a conscientização do próprio usuário, que deve adaptar a altura do

assento, do encosto e do suporte para os braços de sua cadeira, bem como a inclinação do encosto da cadeira e a altura e distância da tela do seu computador. “É fundamental que as pessoas ajustem seus postos antes do início da jornada”, afirma a fisioterapeuta.

No que se refere às doenças musculoesqueléticas e de dor crônica mal esclarecida, Iana Gomes relata que, atualmente, elas são abordadas pela comunidade científica em um modelo chamado de biopsicossocial, que além de considerar os fatores mecânicos – repetição, força, postura –, analisa elementos como depressão, insatisfação no trabalho, problemas pessoais, etc. A chefe de Fisioterapia ainda salienta que, independente da causa dos sintomas, as enfermidades têm tratamento. Para tal, é essencial consultar um médico e obter o diagnóstico.

## Getrin6 realiza Seminário sobre perícias judiciais

Stela Maris



Compuseram a mesa diretora das atividades o procurador-chefe do MPT, Laízio Pinto Jr., e os desembargadores André Genn, Ivanildo Andrade e Fábio Farias

Elysangela Freitas



Desembargadora do TRT12 (SC) Viviane Colucci, integrante do Comitê Nacional do Programa Trabalho Seguro, ministrou a primeira palestra do seminário

O terceiro e o quarto dia do 10º Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados foram dedicados ao “Seminário sobre Perícias Judiciais”. Na terça-feira (23), além dos juízes, o evento foi aberto a advogados e peritos que atuam na área trabalhista. Já na quarta (24), as atividades ficaram reservadas aos magistrados.

No primeiro dia, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), desembargador Ivanildo Andrade, deu início às atividades, ressaltando a importância da integração de instituições públicas e privadas para a conscientização e prevenção de doenças e acidentes laborais. Além do presidente, compuseram a mesa diretora das atividades o diretor da Escola Judicial, desembargador André Genn, o gestor regional do Programa Trabalho Seguro,

desembargador Fábio André de Farias, e o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT), José Laízio Pinto Jr.

Integrante do Comitê Nacional do Programa Trabalho Seguro, a desembargadora do TRT12 (SC) Viviane Colucci fez a primeira palestra. Nela, dissertou sobre algumas áreas de atuação do Programa, como as ações educativas junto à sociedade para incentivar a prevenção; as trocas de informações entre órgão, para impulsionar a adoção de boas práticas e o envolvimento jurisdicional, com análise da efetividade das normas e das decisões relacionadas a processos trabalhistas e à temática de acidentes e doenças do trabalho. A segunda palestra foi ministrada pelo desembargador do TRT-DF/TO Brasilino Ramos, que falou

sobre o direito fundamental à razoável duração do processo.

À tarde, o Seminário recebeu a médica pesquisadora da Fundacentro-SP Maria Maeno e o engenheiro da Previdência Social Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, para uma mesa redonda sobre o tema “Nexo Técnico Epidemiológico”. Em seguida, o magistrado do TRT-15 (Campinas) Guilherme Guimarães Feliciano falou sobre a “Tutela Inibitória na Prevenção de Acidentes do Trabalho”.

A manhã da quinta-feira começou com uma abordagem do Auditor Fiscal do Trabalho Carlos Fernando da Silva Filho sobre a NR12 (Norma Regulamentadora), que trata da segurança no trabalho em

máquinas e equipamentos. Em seguida, as médicas peritas do INSS Ladjane Santos Wolmer de Melo e Ena Albuquerque falaram sobre a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e o Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT). Na exposição, as médicas esclareceram que essas doenças surgem de processos graduais, impulsionadas, muitas vezes, por um mobiliário de trabalho inadequado e até mesmo pelas pressões decorrentes da competitividade do mercado.

O Seminário sobre Perícias Judiciais encerrou-se com oficinas sobre o tópico “Quesitos, Procedimentos e Ônus da Prova”, coordenadas pelos juízes do TRT-PE Luciana Conforti, Germana Camarotti, Rafael Nogueira e Paula Gouvêa.

### Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife  
50.030-902 Recife PE  
Imprensa: 81-3225.3216  
[imprensa@trt6.jus.br](mailto:imprensa@trt6.jus.br)

#### PRESIDENTE

Ivanildo da Cunha Andrade

#### VICE-PRESIDENTE

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

#### CORREGEDORA

Virgínia Malta Canavaro

### DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Eneida Melo Correia de Araújo

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

André Genn de Assunção Barros

Ivanildo da Cunha Andrade

Gisane Barbosa de Araújo

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

Virgínia Malta Canavaro

Valéria Gondim Sampaio

Ivan de Souza Valença Alves

Valdir José Silva de Carvalho

Acácio Júlio Kezen Caldeira

Dione Nunes Furtado da Silva

Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedrosa Lins de Sousa

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura

Maria do Socorro Silva Emerenciano

Sergio Torres Teixeira

Fábio André de Farias

### SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

### DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

### SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

### REDATORES

Eugenio Pacelli / Mariana Mesquita

Helen Falcão / Fábio Nunes

### REVISÃO

Eugenio Pacelli

### FOTOGRAFIA

Stela Maris / Elysangela Freitas

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire

### ESTAGIÁRIA

Jaqueline Fraga

### IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Liceu  
(Tragem: 1.500 exemplares)

# Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho Chega ao Recife

Com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) na capital, que aconteceu no dia 07/10 nas primeiras 11 varas (da 1ª à 11ª), e, no dia 29, nas demais (da 12ª à 23ª), o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) alcançou a marca de 56 unidades funcionando com o sistema, ou seja, 80% das VTs de Pernambuco. Os números correspondem ao dobro da meta estabelecida pelo CNJ para o ano de 2013, que prevê a instalação da nova plataforma processual em 40% das varas de cada Tribunal Regional do Trabalho.

A partir de agora, após as instalações nas 23 varas da capital, assim como já acontece em outras 33 unidades judiciárias distribuídas pelo estado, o ajuizamento de novas ações, consultas processuais e apresentação de petições e documentos passarão a ser feitos exclusivamente por meio da nova plataforma processual.

A solenidade que marcou a chegada do PJe-JT à primeira instância do Recife, no dia 07, foi realizada no Fórum José Barbosa de Araújo, no auditório do condomínio Sudene, onde se situam todas as 23 VTs da capital. Conduzindo a cerimô-



Fotos: Stela Maris

1ª a 11ª - Durante a solenidade que marcou a chegada do PJe-JT à primeira instância do Recife o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, enfatizou a necessidade de modernização do Judiciário

nia, o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, enfatizou que, com a chegada do sistema, os novos processos ajuizados não mais empregarão o formato físico, aquele com grande volume de papel, carimbado e numerado à mão pelos serventuários da Justiça, assinalando, nesse sentido, que “a modernização do Judiciário é necessária e socialmente exigida”.

Em seu discurso, o diretor do Fórum e titular da 4ª VT do Recife, juiz Sérgio Vaisman, comentou que, embora o PJe ainda precise de alguns ajustes, “sua contribuição para celeridade processual será signifi-

cante, uma vez que irá reduzir o chamado 'tempo morto”, referindo-se às rotinas obrigatórias nos processos físicos,

**“A modernização do Judiciário é necessária e socialmente exigida”**

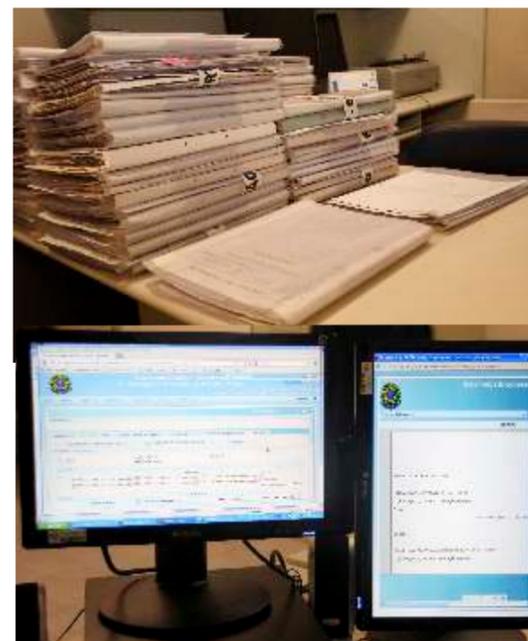
*Ivanildo Andrade*

como carimbar, anexar documentos e “apensar” volumes.

A velocidade de tramitação também foi alvo das reflexões do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), Pedro Henrique Reynaldo Alves,

que afirmou a necessidade de “trazer a tecnologia ao nosso favor, para garantir o princípio constitucional da razoável duração do processo”.

O desembargador presidente Ivanildo Andrade estima que, com o PJe, haverá uma redução significativa dos atos que não concorrem de forma direta para a prestação jurisdicional. “Isso proporcionará mais dedicação dos serventuários a essas funções, promoverá a valorização do servidor e tornará mais rápidas as decisões”, destacou. Salientando a importância de o novo sistema ser uma plataforma única, sublinhou que o meio eletrônico facilitará a comuni-



Inauguração – juiz José Adelmy Acioli (vice-presidente da AMATRA VI); juiz Hugo Melo; desembargadora Virginia Canavarro (corregedora); desembargador Ivanildo Andrade (presidente); desembargador Pedro Paulo Nóbrega (vice-presidente) e desembargador André Genn (diretor da EJRT6)

cação, o compartilhamento de informações e a troca de experiências entre os tribunais, promovendo o aperfeiçoamento do serviço prestado pela justiça nacional.

Mas a rapidez processual não é a única vantagem do PJe-JT. Além de proporcionar celeridade nas decisões, a nova plataforma também traz benefícios ao meio ambiente. Nesse contexto, o desembargador presidente expôs o resultado de um estudo feito pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que estimou a economia de 50 mil árvores com o uso do sistema nesta justiça especializada.

Ponderando que o Processo Judicial



eletrônico ainda não está acabado, o desembargador presidente acentuou, ainda, a necessidade de comprometimento de todos os operadores da justiça trabalhista, indicando também que atualizações precisarão ser realizadas, assim como medidas de aperfeiçoamento e adaptação no sistema: “o PJe-JT é uma obra coletiva, todos nós participamos da construção dessa ferramenta”, afirmou.

No dia da inauguração na capital, o primeiro processo eletrônico do Recife foi distribuído para 11ª vara do trabalho, sob o número 10.0001-67.2013.5.6.0011. O advogado

que ajuizou a ação, Ronaldo Oliveira, ressaltou a facilidade de consultar todos os atos e documentos pela Internet, sem ser necessário o deslocamento à unidade na qual esteja tramitando o processo, “gerando agilidade nas diligências e economia processual”, destacou.

**Mudança** – A transição de processo físico para eletrônico na Sexta Região começou há mais de um ano, com a implantação no Fórum de Igarassu, no dia 18 de setembro do ano passado. No primeiro ano de funcionamento, foram ajuizadas naquela unidade 2.928 ações, o que corresponde a um crescimento de 33% em relação

ao período anterior. A cada ano em Pernambuco são ajuizados cerca de 100 mil novos processos. Atualmente, só na capital, esse número chega a 38 mil. Apenas no primeiro semestre de 2013, as varas do Recife receberam 18.880 ações. Na primeira semana de funcionamento do PJe no Recife, foram ajuizadas mais de 600 ações. E, apesar do grande volume, apenas 11 advogados buscaram auxílio na unidade de suporte técnico instalada no primeiro andar do Fórum do Recife, numa demonstração do adequado funcionamento do PJe e da familiaridade dos usuários com a plataforma eletrônica.

# Juízes do TRT-PE Participam do 10º Módulo de Aperfeiçoamento de Magistrados

Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) participaram, entre os dias 21 e 25/10, do 10º Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados, realizado pela Escola Judicial do TRT-PE (EJTRT6). Em sua 10ª edição, o evento, voltado para a capacitação de juízes do trabalho, abordou diversos temas, que totalizaram 40 horas/aula, entre atividades presenciais e de Educação a Distância (EaD).

Durante a abertura, o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, destacou o papel da Escola Judicial na preparação dos magistrados para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional: “Hoje, faz-se mister que o juiz seja participativo e atuante, agindo com qualificação para ter condições de exercer, de forma efetiva, a prestação esperada do Judiciário”.

As palavras do presidente se alinham com o conteúdo do primeiro curso do Módulo: A Justiça do Trabalho na Sociedade Pós-Moderna. Na ocasião, foram apresentadas duas palestras: Magistrados, Sociedade e

Mídia na Pós-Modernidade, ministrada pelo presidente do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (CONEMATRA), desembargador do TRT-MA James Magno Araújo Farias; e A Dimensão Psicológica do Princípio da Livre Convicção, desenvolvida pelo desembargador do TRT-MS, André Luís Moraes de Oliveira.

Em sua apresentação, o desembargador James Farias ressaltou a importância da inclusão de projetos junto às comunidades e refletiu sobre algumas características do Judiciário brasileiro, como a maior participação das mulheres e o ingresso de juízes cada vez mais jovens: “É preciso equilibrar essa garra e ousadia dos novos juízes com as experiências dos mais antigos. Quando se junta tudo isso, consegue-se algo muito positivo”, destacou. Já o desembargador e psicólogo André Oliveira fez uma reflexão sobre o cotidiano da magistratura, sob a ótica do constante diálogo entre psicologia e direito, e como aquela ciência contribui para o desenvolvimento da prestação jurisdicional.



Stela Maris



Fotos: Elysangela Freitas



O segundo dia foi marcado pelo curso Técnicas de Conciliação, desenvolvido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e multiplicado pela EJ6 para atender às necessidades regionais. Com a palestra Técnicas de Juízo Conciliatório, as juízas do TRT-PE Luciana Paula Conforti e Carla Janaína Moura Lacerda abordaram formas de aperfeiçoar a política de conciliação na justiça especializada e introduziram alguns métodos nas Oficinas sobre Técnicas de Conciliação, momento prático da capacitação.

Encerrando o 10º Módulo, foi realizado, na sexta (25), o curso

Execução Trabalhista. Ministrando a palestra Aspectos Polêmicos e Atuais da Execução Trabalhista, com o juiz do TRT-SP Mauro Schiavi, que ressaltou a importância de os magistrados se empenharem na consecução da celeridade da execução trabalhista, permitindo, assim, que os trabalhadores que procuram a Justiça recebam os créditos estabelecidos no julgamento.

# Arquivos da Justiça do Trabalho Embasam Pesquisa de Mestrado

A historiadora e especialista em patrimônio histórico, educação e preservação, Cristhiane Laysa Andrade Teixeira, analisou processos das Juntas de Conciliação e Julgamento da Mata Norte do estado de Pernambuco para embasar sua dissertação de mestrado, que teve como tema “Histórias, Justiça e Relações de Trabalho na Zona da Mata em Pernambuco: espaços e possibilidades de reivindicações e lutas por direitos (1979-1985)”. Defendida, na segunda quinzena de setembro, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a dissertação buscou analisar, a partir dos processos trabalhistas ajuizados dos no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) por trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, as relações sociais de trabalho durante a Ditadura Militar instau-

rada após o Golpe de 1964.

Orientada pela doutora Regina Beatriz Guimarães Neto (UFPE), Cristhiane usou como fonte os arquivos do Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco, do acervo do TRT-PE cedido à UFPE, além de prontuários da extinta DOPS/PE – Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – e periódicos da imprensa local. “O cruzamento de tais fontes foi fundamental para pensar a constituição de espaços de embates políticos e judiciais que chamavam a atenção do Estado e despertavam a preocupação do Regime Civil-Militar”, destacou a mestra.

A historiadora concluiu, ao analisar as relações de trabalho no campo àquela época, que o próprio trâmite judicial constituía uma estratégia possível de luta do trabalhador para fazer valer



Arquivo pessoal

Cristhiane Laysa Andrade Teixeira defende sua dissertação de mestrado embasada nas análises de processos das Juntas de Conciliação e Julgamento da Mata Norte do estado de Pernambuco

seus direitos. A pesquisa também concluiu que as causas procedentes das Juntas de Conciliação e Julgamento de Jaboatão, no final da década de 1970 e início de 1980, incentivaram os homens da lavoura a enfrentar os senhores de engenho no palco judicial, revelando situações de violência como marco para o fim da relação de trabalho e possíveis reparações sociais. Para a Cristhiane, “A Justiça do Trabalho, enquanto órgão do Poder Judiciário, representou uma das poucas opções de luta numa conjuntura de repressão estabelecida após 1964”.

Defendendo que as fontes

judiciais se apresentam como via de acesso ao cotidiano de trabalhadores, que, em muitos casos, não se manifestam em outros documentos oficiais, como os do Legislativo ou do Executivo, a especialista em patrimônio histórico deu ênfase à importância da preservação dos processos trabalhistas. “Enquanto fonte histórica, tal acervo é fundamental para a memória institucional e registros da história de um povo”, argumentou a historiadora, afirmando que a guarda desses documentos constitui “direito do cidadão em relação à preservação da memória e dever do Estado de cuidar da gestão da documentação governamental”.

## Novos Servidores tomam posse



Helen Falcão

Dezoito novos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) tomaram posse em 11 de outubro, na Sala de Sessões do Pleno, na Sede do Tribunal. Na ocasião, foram empossados quatro analistas judiciários (área judiciária) e 14 técnicos judiciários (área administrativa), que já entraram em exercício no ato da posse. Na cerimônia, eles foram recebidos pelo presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, e pela diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Eliane Remígio.